

Maria do Carmo de Oliveira Russo

A escravidão na manutenção das estruturas agrárias e no contexto sócio-econômico de São Mateus/ES (1850 - 1888)

Graduada em História/
Licenciatura no ICHS/
UFOP, Mestre em
História Social/UFES, e
Doutoranda do Programa
de Pós-Graduação em
História Social/USP.
mcor07@yahoo.com.br

Resumo: Pretendemos, neste artigo, abordar alguns aspectos da escravidão em São Mateus, cidade portuária do norte do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX. O porto da vila de São Mateus, considerado um vetor de desenvolvimento daquela freguesia, canalizava e escoava toda a produção agrícola regional, principalmente a farinha de mandioca (que era considerada uma das melhores da costa brasileira) e, posteriormente, o café, abrigando também um ativo mercado de escravos. Colocamos em destaque certas características das estruturas agrárias e sócio-econômicas de São Mateus, procurando demonstrar a importância da instituição escravista em tal contexto, assim como as especificidades da escravidão nesta região. Para tanto, consultamos e analisamos documentos cartoriais da cidade - livros do *Notariado* ou Livro de Notas - do Cartório de 1º. Ofício Arnaldo Bastos, onde se encontram registros de alforrias, documentos de compra e venda, hipotecas, doações, aluguel de escravos, dentre outros, relativos ao período de 1863 a 1888.

Palavras-chave: Escravidão; São Mateus/ES; Século XIX.

Abstract: In this essay it is intended to address some aspects of the slavery in São Mateus – a port town located in the north of the state of Espírito Santo, Brazil – in the nineteenth century’s second half. The São Mateus village harbor – a vector for the development of that region at the time – used to gather and distribute all the agricultural production of the region – mainly the manioc flour, which was considered to be one of the best products on the coast – and later, the coffee, sheltering a large slave market. Special attention is given to certain features of São Mateus’ agricultural, social and economical structures, aiming to demonstrate the importance of the slavery institution in context as well as the specificity of slaveholding in the region. Therefore, analyses and consultations of Notation Books have been carried out in the Arnaldo Bastos Registry Office, where a range of documents have been found, such as slaves liberation registers, documents of purchase and sale, mortgages, donations, slaves rental, among others, through 1863 to 1888.

Key words: Slavery; São Mateus/ES, Brazil; 19th century

Enviado em 13 de
fevereiro de 2009 e
aprovado em 21 de março
de 2009.

A temática da escravidão no Espírito Santo e, especificamente, em São Mateus, se constitui num campo de estudos que, embora potencialmente importante para a historiografia capixaba, se apresenta ainda muito incipiente no sentido de fornecer uma visão mais abrangente do contexto histórico regional.

Nesse sentido, a pesquisa sobre a região de São Mateus, cidade portuária do extremo norte do Espírito Santo (que possui características físicas e históricas muito diferentes da região centro-norte polarizada por Linhares e pelo Rio Doce), torna-se uma tarefa um tanto desbravadora, visto que houve uma tendência da historiografia capixaba em privilegiar mais o sul da província, centralizada pelo Rio Itapemirim e o centro polarizada pela cidade de Vitória. Tal destaque deve-se ao maior desenvolvimento da cultura cafeeira na região sul e à maior concentração da imigração estrangeira, devido à expansão da fronteira agrícola cafeeira do Vale do Paraíba e pela proximidade com a Corte, o maior centro econômico do Império.

Porém, podemos ressaltar *a priori* que existem fortes indícios de que a escravidão negra teve grande relevância na manutenção das estruturas agrárias e nas conjunturas sócio-econômicas da região de São Mateus, não esquecendo que esta é também (como todo o litoral capixaba) uma região de grande concentração indígena desde o período colonial.

Conseqüência de sua vocação portuária, o comércio negreiro em São Mateus sempre se apresentou com aparente prosperidade acarretando, inclusive, a formação de empresas especializadas nesse tipo de comércio. No porto de São Mateus - citado diversas vezes como referência importante no contexto do comércio regional de escravos - os negros eram comercializados e encaminhados às fazendas da região, onde trabalhavam as terras dos senhores, podendo ser também alugados para outros proprietários de terras.

A partir de uma prospecção de fontes cartorárias relativas ao tema na cidade de São Mateus, foi possível identificar a existência de um expressivo conjunto de documentos que se encontra sob a guarda do Cartório do 1º Ofício Arnaldo Bastos, no qual constam registros de cartas de alforrias ou cartas de liberdade, documentos de compra, venda, doação, hipoteca e aluguel de escravos, dentre outros registros do *Notariado* entre os anos de 1863 a 1888.

Consideramos que esta massa documental é de extrema importância no sentido de desvendar os meandros da instituição escravista naquela região, haja vista que esta temática ainda não foi objeto de pesquisas mais aprofundadas como já nos referimos, cujas versões e interpretações existentes são, em sua maioria, baseadas em fontes orais e fatos lendários que abarcam o universo da escravidão no norte espírito-santense.

A partir de uma síntese da formação social e econômica mateense, pretendemos, neste artigo, analisar o potencial do tema da escravidão nesta região, a partir de um exame inicial dessas fontes cartorárias, destacando as possíveis contribuições que a pesquisa nesta documentação poderá trazer ao conjunto da produção historiográfica sobre a escravidão na província capixaba.

No Brasil, a partir de 1980, os trabalhos com séries e metodologias quantitativas alcançaram grande desenvolvimento nas áreas da história econômica, demográfica e social, promovendo assim uma consolidação das linhas de pesquisas. Neste contexto, os estudos sobre a escravidão em geral, com base em documentos relativos à compra e venda, permuta, penhora, hipoteca de escravos, assim como os processos de manumis-

sões ou cartas de alforrias, se inserem dentro destas novas perspectivas, principalmente pela sua metodologia, pois adotam maior rigor em relação à pesquisa documental, tanto do ponto de vista qualitativo quanto no aspecto quantitativo.

A especificidade histórico-geográfica de São Mateus.

Durante todo o período Imperial, São Mateus é considerado o maior produtor de farinha de mandioca da Província do Espírito Santo e também um dos mais importantes da costa brasileira, além de se inserir, com relativo sucesso, na incipiente produção cafeeira da Província capixaba. O rio São Mateus, atuando como via natural de escoamento agrícola, é geralmente considerado o vetor de desenvolvimento regional naquele período. O porto funcionava como entreposto natural da produção regional destinada a Vitória, ao comércio com a Bahia e com a capital da Colônia, instalada no Rio de Janeiro desde 1763.

O processo de entrada de escravos através do porto, iniciado desde o período colonial, se estendeu e intensificou-se durante o século XIX, principalmente após a proibição do tráfico transatlântico em 1850 até a abolição da escravatura, com maior ou menor intensidade conforme a década, visto que se tratava de um centro comercial regional, de entrada e escoamento de mercadorias produzidas nas fazendas, principalmente a farinha de mandioca, seus derivados e, posteriormente, o café.

O porto de São Mateus, localizado nas margens do antigo Rio *Cricaré*, na vila de São Mateus (emancipada em 1848), constituía uma espécie de *complexo portuário* com o *porto da Barra de São Mateus* (atual município de Conceição da Barra), sua foz no Oceano Atlântico, distanciando-se oito léguas um do outro.

Embora em linha reta, a distância entre esses dois portos não ultrapassa alguns pouquíssimos quilômetros, as ‘oito léguas’ do porto de São Mateus até a costa se deve ao fato de que, além da grande sinuosidade do rio neste trecho, ao se aproximar da costa ele se direciona em linha reta para o norte, seguindo paralelo ao Oceano Atlântico até a sua foz na *Barra de São Mateus*. O porto da *Barra* servia de ancoradouro para embarcações de grande porte, que transitavam a costa brasileira.

O Rio São Mateus era conhecido por Rio *Cricaré*, nome de origem indígena, que em tupi significa *kiri-kerê* - aquele que é propenso a dormir, ou seja, ‘dorminhoco’ - servindo seu percurso de desaguadouro para pequenos afluentes, os chamados ‘braços’ sul e norte¹. O *Cricaré* possuía um porto principal na povoação que vai se formando sob o nome de São Mateus. O porto foi o responsável pelo futuro desenvolvimento econômico, social e político regional, com seu comércio ativo no largo a beira do rio, já que se tratava de um porto fluvial, atrelado a outro marítimo, servindo de entreposto comercial para as embarcações que transitavam a costa brasileira, entre as Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro principalmente.

1 O ‘braço sul’ do Rio São Mateus ou Rio *Cricaré* nasce na região de São Félix de Minas, se encontrando com o ‘braço norte’ ou Rio Cotaxé, em território capixaba, onde, conjuntamente, percorrem uma distância de 65 km até a foz, formando a bacia hidrográfica do São Mateus. Coincidentemente, o ‘braço norte’ nasce também em território mineiro, bem próximo ao braço sul, na região conhecida como Alto São Mateus. Outros rios como o São Domingos, o Santana, o Mariricu, o Rio Preto, dentre outros, fazem parte do conjunto hidrográfico do São Mateus.

A região de São Mateus, localizada acima do Rio Doce, compreendia, até o final do século XIX, uma área que abrangia praticamente todo o extremo norte da Província do Espírito Santo, ultrapassando até mesmo a atual divisa com a Bahia, sendo atualmente distribuída por quatorze municípios.

Possuidora de um potencial de populações indígenas, entre eles os temidos *botocudos*, a região foi palco de vários conflitos entre brancos e índios durante o período colonial - como a famosa *Batalha do Cricaré*². Os negros são trazidos aos poucos no final do século XVIII, se tornando numerosos a partir do início do século XIX.

No início do século XVIII, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, a entrada do Rio São Mateus para o interior foi “fechada” para que se evitasse o contrabando do ouro e o trânsito de colonos para o sertão, ocasionando assim um maior isolamento da região. A Coroa Portuguesa proibiu que os capixabas subissem o Rio São Mateus, (que possui uma extensão de aproximadamente trinta a quarenta léguas: mais exatamente 188 km em seu braço sul e 244 em seu braço norte) até a sua nascente na Serra da Safira em Minas Gerais, proibindo-se também aos mineiros descerem até o mar pelas vias fluviais. Também a rota do Rio Doce foi rigorosamente controlada, proibindo-se a circulação de pessoas, sendo este também um rio que nasce em Minas e atravessa todo o território centro-norte capixaba até desaguar no mar (em Regência, região de Linhares).

O historiador mineiro Xavier da Veiga, relaciona nada mais que seis decretos régios entre 1725 e 1785 proibindo abertura de caminhos para Minas Gerais³. Estas resoluções culminaram com a ordem expedida pelo Real Erário do Governo de Minas, em 1773, proibindo que qualquer pessoa, sob pretexto algum, utilizasse as vias fluviais mineiras que desaguassem no mar, seja pela sua foz ou pela sua cabeceira. Os “sertões do leste”, onde a maior parte da região de São Mateus estava localizada, passaram a ser mencionados nos documentos oficiais como “áreas proibidas”.

A estratégia da Coroa Portuguesa de isolar toda a região oeste do Espírito Santo, transformando-a num vazio impenetrável, limitou definitivamente o espaço territorial desta Província, durante o século XIX, confinando-a a faixa litorânea.

Sendo assim, a única via de acesso à região de São Mateus e à região do Rio Doce era pela costa, seja pela direção sul que levava a Vitória, a capital da Província, ou ao norte que levava a Porto Seguro, a sede da capitania mais próxima, longe ainda da perspectiva de haver qualquer estrada transitável. Neste contexto, a “área proibida” tornou-se refúgio seguro para as últimas tribos bravias do leste brasileiro, particularmente os *botocudos*, concentrando um grande contingente indígena até e durante todo o século XIX.

2 A Batalha do Cricaré, ocorrida em 1558 na confluência dos rios Cricaré e Mariricu, foi um confronto entre os índios *botocudos* e os colonizadores portugueses, por determinação de Mem de Sá, Governador Geral do Brasil na época. Este enviou o próprio filho, Fernão de Sá, no comando de cinco barcos com aproximadamente 200 homens, em auxílio a Vasco Fernandez Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, no sentido de conter os levantes indígenas contra a dominação portuguesa no território capixaba. Este episódio culminou com a morte de centenas de índios e também do filho de Mem de Sá e de outros portugueses. Depois da morte do filho, o próprio Mem de Sá organizou um massacre aos índios que, segundo alguns historiadores, se constitui na primeira grande exterminação dos nativos. O episódio é historicamente conhecido como a primeira vitória de Mem de Sá no Brasil.

3 XAVIER DA VEIGA, José Pedro. *Efemérides Mineiras* (1664-1897). Fund. João Pinheiro/CEHC, 1998, 4 vol. em 2.

Originalmente pertencente à Capitania de Espírito Santo, que nessa época estava sendo administrada diretamente pela Coroa Portuguesa através do Governo Geral do Brasil, em 1764, São Mateus é elevada à categoria de vila e encampada à jurisdição da Capitania de Porto Seguro. No contexto da anexação de São Mateus à jurisdição de Porto Seguro, sob a administração de Couceiro, conseqüência das inovações pombalinas, foi proporcionada à região uma organização administrativa e um relativo desenvolvimento econômico baseado na exportação da farinha de mandioca. Couceiro de Abreu ultrapassou os limites da Capitania de Porto Seguro com a Capitania do Espírito Santo e, em 1764, elevou São Mateus à categoria de Vila. Neste período, São Mateus e Porto Seguro estabeleceram uma sólida relação comercial, com a compra e venda de escravos e com o comércio da farinha de mandioca. Somente em 1823, ou seja, 59 anos depois, a região voltará a pertencer à *Província* do Espírito Santo.

No período em que São Mateus esteve sob o domínio de Porto Seguro foi de crescimento econômico, graças à expansão da cultura da farinha de mandioca que era exportada principalmente para Porto Seguro, para Ilhéus e para o Recôncavo, e foi também um período de organização administrativa, quando foram nomeados os respectivos administradores da vila. No período em que São Mateus esteve sob a jurisdição de Porto Seguro (1764-1823), ocorreu um crescimento das atividades produtivas e comerciais, ganhando a região grande impulso com a implantação de muitas fazendas de cana-de-açúcar e mandioca, registrando-se, também, a formação de um contingente de escravos. Foram dados incentivos para que os colonos se estabelecessem nas terras localizadas entre a vila e o mar e houve a imigração de famílias baianas para a região.

O perfil sócio-econômico de São Mateus

O desenvolvimento da região de São Mateus, facilitado pelo rio, em parte navegável, é acentuado a partir de meados do século XIX. Em 1848, a Vila de São Mateus é elevada a município, passando a desfrutar de um considerável prestígio político na Província do Espírito Santo. As terras do novo município estavam compreendidas entre o Rio Barra Seca e o Rio Mucuri. Seu porto marítimo - que atuava como entreposto comercial de escravos e de diversas outras atividades comerciais -principalmente da farinha de mandioca - tornou-se parada obrigatória para muitos vapores de companhias brasileiras de navegação. Da *Barra de São Mateus* partiam embarcações a vela ou a vapor que faziam a ligação com a *Vila de São Mateus*, embarcações estas que pudessem *franquear* a barra, ou seja, que pudessem ultrapassá-la, pois esta variava de acordo com as marés.

O grande número de negros, escravos e livres, mantinha elevada a produção de farinha, colocando São Mateus como o grande produtor da Província e um dos maiores da costa brasileira. Mesmo com a introdução do café e sua expansão a partir de meados do século XIX, o comércio da farinha foi a sua principal fonte de renda.

Ocorre, nesse período, a formação de uma forte oligarquia rural, atuando na política local, sendo representada por seu expoente, Antonio Rodrigues da Cunha, o *Barão de Aimorés*. A introdução da cultura do café em São Mateus, associada à grande produção da farinha e ao comércio de escravos, ocasionará a efetivação dessa oligarquia rural que exercerá sua influência local e também junto ao Governo Provincial. Essa oligarquia fará suas ligações, geralmente através de casamentos, entre si ou com elementos de oli-

garquias do sul da província, o que reforçará sua influência perante o Governo Provincial. Neste contexto, a partir de meados do século XIX, registra-se o fortalecimento de uma oligarquia mateense possuidora de *patentes* da Guarda Nacional - coronéis, capitães, majores etc - fazendeiros que também conquistarão títulos nobiliárquicos e se tornarão representantes regionais na Assembléia Provincial, como é o caso do *Barão de Timbuí*, que por três vezes foi deputado provincial. O *Barão de Aimorés* é considerado pioneiro na introdução de equipamentos hidráulicos importados para a produção do açúcar, além de grande cafeicultor e proprietário de escravos. Ressalte-se que esta *oligarquia rural* assentava-se em bases nitidamente *escravocratas*.

Por volta de 1863, o futuro Barão de Aimorés, até então *Major da Guarda Nacional*, também conhecido por *Major Cunha*, iniciou a colonização do interior de São Mateus, implantando uma fazenda na Cachoeira do Cravo, primeira cachoeira rio acima, às margens do Cricaré onde a navegação se interrompe. Sua intenção era o plantio de café, cultura em expansão na região sul e central da Província, que gerava grandes lucros. Embora natural da região de São Mateus, o Major Antonio Rodrigues da Cunha viveu um curto período em Castelo, próximo à região de Itapemirim, no sul da Província, logo após seu primeiro casamento com a filha do Barão de mesmo nome, onde pôde observar a expansão da lavoura cafeeira. Ao retornar para São Mateus com sua família e seus escravos, reiniciou a ocupação da região conhecida como Cachoeira do Cravo, localizada aproximadamente seis léguas da sede do município. Nesse local, foi aberta uma grande fazenda para o plantio do café e de cana-de-açúcar e para a formação de pasto. Como a terra não era a mais propícia para o cultivo do café, procurou-se uma terra melhor para esse fim, localizando-se esta algumas léguas à frente, o que acarretou o surgimento da *Fazenda Serra de Baixo*⁴, por volta de 1870. Segundo relatos orais,⁵ tendo recebido de seus escravos e índios a informação da boa terra para o plantio de café, o Major Antonio Rodrigues da Cunha deixou a sua fazenda Cachoeira do Cravo, já com produção diversificada, indo em busca da nova terra fértil e promissora. O Major Cunha denominou a nova terra de *Serra dos Aimorés*, devido a grande presença desses índios na região. A sua atuação entre esses índios proporcionou-lhe posteriormente o título de *Barão dos Aimorés*.

A inserção da região de São Mateus na economia cafeeira da Província ocorreu sem que a farinha de mandioca perdesse seu primado de principal produto regional. Isso se deu porque suas terras arenosas da costa e do leste não eram propícias ao plantio do café. Somente quando a região descobriu a fertilidade das terras do oeste do município é que se pôde desenvolver a cultura cafeeira, o que ocorreu tardiamente em relação à implantação do café no sul da província.

Escravidão em São Mateus

Como já nos referimos anteriormente, o comércio negreiro em São Mateus sempre se apresentou com prosperidade acarretando, inclusive, a formação de empresas especializadas nesse tipo de comércio. Conforme nos informa Cunha,

4 Segundo informa o Padre Furbetta, em seu livro sobre a História da Paróquia de Nova Venécia, dos contatos entre os negros e os indígenas surgiu a descoberta da nova terra.

5 Ibidem.

A chegada de um negreiro, ao porto de São Mateus era uma verdadeira festa. A população ali estava toda reunida, compradores e curiosos. Tudo era movimento [...] Devidamente desembarcados, os negros acorrentados em fila indiana, eram tangidos até o mercado. Ali eram examinados por sua compleição física e até origem tribal⁶.

Baseado nas informações e dados gerais fornecidos pela já citada documentação cartorial de São Mateus, acerca da escravidão entre 1863 e 1888, constatamos o registro cartorial de 16 *empresas* (firmas) que comercializaram escravos em São Mateus neste período⁷. Observando a relação dessas empresas, percebemos que cinco sobrenomes aparecem com destaque dentre os comerciantes de escravos na região, na seguinte proporção: *Fundão* (aparece em 5 empresas), *Faria* (3 empresas), *Rios* (3 empresas), *Almeida* (3 empresas) e *Guimarães* (3 empresas). Os outros dez sobrenomes aparecem somente com uma incidência (ou seja, apenas em uma empresa): *Veiga*, *Simões*, *Morgado*, *Lopes*, *Gaiato*, *Cunha*, *Fonseca*, *Bastos*, *Ferreira* e *Alves*.

Com base nos dados coletado nos Livros Classificadores da receita e despesa apuradas na Agência Arrecadadora da fazenda na cidade de São Mateus, documentação esta integrante do acervo do *Fundo Fazenda* (Arquivo Público do Espírito Santo/APE-ES), na segunda metade do século XIX, é possível identificar um considerável volume de transações comerciais envolvendo escravos, pois, grande parte delas eram registradas em função do recolhimento de impostos e taxas. Isto ocorria nas seguintes situações: compra e venda de escravos, transmissão de escravos, exportação e importação dos mesmos, escravos a *jornal*, escravos de *ganbo*, dentre outros. Nesse sentido, consideramos bastante significativa a ocorrência contínua do item *exportação de escravos*, assim como o volume de impostos arrecadados sobre o mesmo.⁸

Além da documentação cartorária e fazendária, várias são as evidências da importância da escravidão em São Mateus. Estas podem ser encontradas tanto nas fortes manifestações de resistência à escravidão (muito citadas na história oral) assim como na formação de um considerável número de quilombos na região. A região registrou também com um expressivo movimento abolicionista regional.

A evidência da grande presença dos negros e da importância da escravidão em São Mateus pode ser constatada ainda nos levantamentos recentes dos territórios das

6 Segundo esse autor, havia uma folclórica expressão mateense, que distinguia o “negro tu” do “negro vosmicê” - sendo o primeiro sempre execrado e o segundo sempre enaltecido por suas qualidades. O chamado “negro tu”, corruptela do Banto, falado por tribos centro e sul-africana, de guerreiros e caçadores ativos, avessos ao trabalho manual, eram fortes e robustos. Os futuros proprietários costumavam advertir aos seus capatazes para escolherem sempre “negros da canela fina, do calcanhar pra traz e da bunda chocha”, pois “negros do mocotó grosso e da bunda grande não prestam para o serviço”. In: CUNHA, Eduardo Durão. “São Mateus e sua História”. Revista *São Mateus 450 anos*, EDAL: São Mateus, 1994.

7 Alves, Ferreira & Cia; Almeida, Fundão & Cia; Faria & Bastos; Fonseca, Rios & Cia; Fundão & Irmãos; Faria, Cunha & Cia; Fundão Júnior & Cia; Guimarães, Gaiato & Cia; José Joaquim Almeida Fundão & Cia; Joaquim Lopes & Irmãos; Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia; Luis José dos Santos Guimarães & Cia; Morgado, Rios, Guimarães & Cia; Rios & Cia; Simões, Faria & Cia; Veiga & Cia.

8 Cf. dados expostos na tese de doutorado de Anna Lúcia Côgo, *A História Agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil, onde aparece a região de São Mateus e Conceição da Barra como os locais de maior incidência e concentração de quilombos no território do Espírito Santo. Ou seja, num total de onze comunidades identificadas no Espírito Santo, no primeiro recenseamento realizado pela Fundação Palmares, seis encontram-se em Conceição da Barra (*São Domingo, Santana, Angeli 1 e 2, Córrego do Macuco e Córrego Linhares*), outrora *Barra de São Mateus* e uma está em São Mateus (*Divino Espírito Santo*).⁹

Em *Os Últimos Zumbis*, o escritor Maciel de Aguiar¹⁰ versa sobre a formação social e econômica dos quilombos, a qual, segundo ele, variava pouco - variação esta que ocorria em função dos diferentes líderes que se destacavam na organização dos quilombolas. No geral, mantinham uma forma de organização cooperativista, a qual possibilitava uma “economia de abundância”. Adotavam a economia de subsistência, de pequenos roçados, onde produziam “de tudo” (agricultura diversificada) para o sustento de suas famílias e das criações (economia “familiar”).

Outro fato importante, e que também contribui para confirmar as evidências apontadas, é que na região de São Mateus registra-se a apreensão do último navio negro clandestino que circulou na costa brasileira (1856), após a lei de 1850 proibindo o tráfico de escravos africanos para o Brasil.¹¹

Baseado ainda nas informações e dados gerais fornecidos pela documentação cartorial¹², podemos observar também a grande incidência da “concessão de alforrias”, assim como a variação dos preços pagos por essas *cartas de liberdade* no decorrer da segunda metade do século XIX até a Lei Áurea em 1888. O número total das cartas de alforria de São Mateus entre 1863 e 1888 - 161 registros - apresenta-se elevado em relação ao total das outras duas maiores regiões produtivas da Província do Espírito Santo, Vitória e Itapemirim¹³.

Nesse conjunto documental, podemos identificar, pelo menos, *três tipos de cartas de alforria*. Estas são: 64 registros de cartas de liberdade *vendidas* ou negociadas pelos proprietários de escravos (também chamadas de alforrias *onerosas*); 16 registros de cartas de liberdade concedidas por *via judicial*; 81 registros de cartas de liberdade concedidas “*espontaneamente*” (também chamadas de alforrias *gratuitas*) - neste último caso, o número sobe para 82 escravos, pois uma dessas cartas concede alforria a 2 escravos concomitantemente.

Nas alforrias por via judicial (um total de 16 cartas), constatamos que em ape-

9 ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Território das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil - Primeira configuração espacial*. Brasília: Edição do Autor, 1999. Sabemos que o número de comunidades negras identificadas já se elevou, fruto de pesquisas mais recentes.

10 No tópico intitulado “Farinha de mandioca e chicote”. AGUIAR, Maciel de. *Os últimos Zumbis: a saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão*. Porto Seguro: Brasil-Cultura, 2001.

11 PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. S.P.: Brasiliense, 1985. p. 152. Prado Júnior baseia-se em Perdigo Malheiros para tal citação. A embarcação norte-americana Mary E. Smith transportava 350 negros vindos da África, quando a embarcação Olinda, da Marinha de Guerra do Brasil, o interceptou, levando depois os negros para a Bahia.

12 Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de São Mateus ou Cartório do Primeiro Ofício Arnaldo Bastos. Livros de Notas referentes ao período de 1863 a 1888, Livros 1 a 19.

13 Conforme dados da pesquisa de Vilma Almada que constatou 215 cartas de liberdade para Vitória e Itapemirim no mesmo período.

nas duas cartas a decisão do processo estipula o valor a pagar. Nos demais registros, a decisão do processo aparece com as seguintes expressões: “a favor”, em “favor” ou “favorável” (13 registros) e “ex-ofício” (1 registro). Nas alforrias *espontâneas* os motivos alegados aparecem como “recompensa aos bons serviços”, “bons e fiéis serviços”, “justa pretensão da mesma”, dentre outros.

Nas cartas de liberdade vendidas ou negociadas, encontramos dados que possibilitam análises mais quantitativas sobre a escravidão em São Mateus, tendo em vista que as mesmas trazem os valores pagos pela liberdade dos escravos no decorrer do período estudado. Além disto, essa documentação contém outros tipos de informações, tais como as formas de pagamento estabelecidas nas cartas, as quais podem ser agrupadas e comparadas com a realidade da escravidão na Província do Espírito Santo e também de outras regiões do país.

Os registros nos Livros de Notas do Tabelionato do Cartório do Primeiro Ofício de São Mateus também apontam um expressivo volume de negociações que envolvem a compra e venda de escravos, penhora, hipoteca, espólio. Acerca do perfil dos senhores(as) que registraram escritura de compra e venda de escravos, doação, penhora, confissão de dívida com hipoteca e permuta na Comarca de São Mateus, de 1863 a 1888, identificamos algumas características, tais como - numa relação de 453 nomes, constatamos que 349 são homens e 104 são mulheres; - em 45 nomes dessa relação consta um complemento onde se inclui os títulos ou cargos relativos à área militar/policial ou da Guarda Nacional, dentre estes: *Capitão* (13 citações); *Tenente* (12 citações); *Alfêres* (3 citações); *Coronel* (3 citações); *Major* (2 citações). Além desses registra-se também as seguintes ocorrências: *Dr* (7 citações); *Desembargador* (1 citação); *Advogado* (1 citação); *Barão* (1 citação); *Padre* (1 citação); *Escravo Forro* (1 citação).

Enfim, entre estas e outras observações preliminares, podemos nos atentar para a possibilidade de um comércio rentável de escravos em São Mateus.

Segundo Durão Cunha,

Os latifundiários da região, costumeiramente faziam à Igreja, doações de novilhas, garrotes e também de escravos. Estes, ou eram revendidos a preço corrente [...] ou ficavam prestando serviço à paróquia. [...] Ressalte-se que, São Mateus e São Benedito, os padroeiros das duas igrejas locais, eram proprietários de um bom número de escravos africanos. (CUNHA, 1994, p. 31)

Essa perspectiva nos induz a pensar que se os proprietários de escravos chegavam a fazer doações à Igreja é porque os tinham em grande quantidade. O nome do Major Antonio Rodrigues da Cunha, posteriormente *Barão de Aimorés*, figura como um dos maiores proprietários de escravos de São Mateus. Há registros de confissão de dívida em que fazendeiros hipotecaram em favor do Barão vários bens, inclusive escravos. Também o nome de Domingos Rocha da Silva Rios figura como um dos maiores compradores de escravos, e o de Constante Sodré, que foi governador do Estado, entre outros escravocratas.

A partir da década de 1860 verifica-se o crescimento das lavouras de café. Neste contexto, o mercado de escravos funcionava como algo essencial para a obtenção de

mão-de-obra para a lavoura cafeeira, que a essa altura já passava a ocupar o primeiro lugar no âmbito da Província do Espírito Santo. Além da produção da farinha de mandioca e da cana-de-açúcar, a cultura cafeeira demandará a absorção de mão-de-obra escrava, atuando também como elemento vivificador da economia e da sociedade mateense e espírito-santense em geral. Não tão acentuada como no sul e no centro da Província, a produção cafeeira no norte acaba por se impor à cana-de-açúcar, constituindo-se como uma alternativa a essa, porém continuará a farinha de mandioca sendo o principal produto regional.

A historiadora Vilma Almada organizou um mapa destacando a distribuição irregular da população escrava pelas diversas regiões da Província onde se observa que, com exceção da região de São Mateus, a concentração de escravos coincide com a expansão do café. Isso a leva a concluir que foi a economia típica da “plantation” cafeeira o que caracterizou majoritariamente, no Espírito Santo, as relações de produção no processo de apropriação do trabalho escravo na segunda metade do século XIX.

Neste contexto, o norte da província apresenta-se menos influenciado pelo café no período estudado. São Mateus aparece como tradicional produtor e exportador da farinha de mandioca, enquanto Linhares, Santa Cruz e Nova Almeida dedicam-se quase que exclusivamente à extração de madeira. A partir dessas análises, a autora afirma que a região compreendida pelas Comarcas dos Reis Magos e São Mateus, apesar da tentativa inicial, não se implantou o cultivo do café e a população cresceu muito pouco entre 1856 e 1872. A Comarca de São Mateus não foi incentivada pelo surto cafeeiro e sua economia se manteve sem crescimento, produzindo praticamente o mesmo número de alqueires de farinha de mandioca exportada. Segundo Almada, esta região apresenta uma diminuição em seu número de escravos nesse período.

A Comarca de São Mateus, tradicionalmente dedicada à produção e exportação de farinha de mandioca, contava em 1856 com 18% dos escravos da Província, caindo essa porcentagem para 12% em 1872. Não incentivada pelo surto cafeeiro, a sua economia se manteve estacionária, quer dizer, com o mesmo número de escravos - 2.213 em 1856, para 2.813 em 1872 - e produzia praticamente o mesmo número de alqueires de farinha exportada: 173.520 em 1856, para 183.865 em 1872. (ALMADA, 1984, p.70)

Devemos observar, entretanto, que a afirmativa de Almada de que a economia mateense se manteve estacionária neste período baseia-se na comparação que estabelece com a região sul da Província, cujo desenvolvimento econômico atingiu cifras bem maiores, principalmente em relação ao aumento da população escrava. Isto não quer dizer que São Mateus estivesse sem apresentar níveis de desenvolvimento econômico nesta época, tendo em vista que os números relativos à população escrava demonstram um aumento do contingente no período de 16 anos, na ordem de aproximadamente 27%. Além disto, esses dados registram também o aumento de dez mil alqueires de farinha.

Considerações finais

As pesquisas acerca da escravidão, assim como das alforrias, dão origem a problemáticas relacionadas às atividades econômicas da região estudada. Estudos sobre transações econômicas envolvendo escravos, assim como o da conquista de alforrias, contém problemáticas semelhantes, que quase sempre são determinadas pelas atividades econômicas características da região estudada em um determinado período. Excetuando as alforrias *gratuitas* ou *incondicionais*, ou talvez mesmo nem estas, a alforria é uma transação econômica em que o alforriado adquire o direito sobre sua pessoa, sendo necessário que ele tenha algum tipo de renda para pagar por sua libertação, ou que alguém pague por ele. sendo necessário sobre si mesmo sobre si mesmo, apresentamos as características Em São Mateus, o número de alforrias registradas ou lançadas em cartório, em comparação às regiões sul e central da Província, pode ser considerado elevado, o que denota à primeira vista certa prosperidade econômica regional. Associadas às movimentações de compra e venda e outros itens de transação econômica envolvendo escravos, estes documentos aludem à existência de uma regular movimentação comercial. Porém, não podemos conceber as alforrias somente do ponto de vista econômico, visto que são inúmeras as variáveis contidas nas cartas, tais como sexo, idade, profissão, nacionalidade, estado civil, cor, filiação, residência etc, as quais nos fornecem elementos valiosos para se entender melhor o binômio senhor/ escravo e o todo o conjunto da instituição escravista. Por esse motivo iniciamos nosso trabalho apresentando as características históricas e estruturais da região enfocada, sua formação sócio-econômica, embora a nossa abordagem tenha sido feita de forma extremamente sintética. A escassez de fontes historiográficas, assim como a incipiência de nossa pesquisa nas fontes documentais, indicando que temos um longo caminho a percorrer até podermos desvendar melhor os meandros da instituição escravista mateense, justifica em parte as nossas omissões.

Nesse sentido, questões puderam ser levantadas indicando que são vários os caminhos abertos para pesquisas mais aprofundadas acerca dessa temática, assim como são inúmeras as lacunas a serem preenchidas.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Maciel de. *Os últimos Zumbis: a saga dos negros do Vale do Cricaré durante a escravidão*. Porto Seguro: Brasil-Cultura, 2001.

ALMADA, Vilma Ferreira de. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. R.J.: Ed. Graal, 1984.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Território das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil – Primeira Configuração Espacial*. Brasília: Edição do Autor, 1999.

CAMPOS, Adriana Pereira. As alforrias na comarca de Vitória - séc. XIX. *Dimensões - Revista de História da UFES*. Vitória: UFES, 2004, n. 16.

- CARDOSO, Ciro F. (org.) *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. R.J.: Jorge Zahar Ed., 1988.
- _____. A brecha camponesa no sistema escravista. In: *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CÔGO, Anna Lúcia. *História Agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2007
- CUNHA, Eduardo Durão. *São Mateus e sua História*. In: São Mateus - Espírito Santo: 450 anos. São Mateus: EDAL, 1994.
- EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.
- DAEMON, Basílio C. *Estatística e História da Província do Espírito Santo*. Vitória, 1879.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª. ed., São Paulo, Ática, 1985.
- _____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. R.J.: UFRJ, 1997.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1830-1830. *Estudos econômicos*, v.17, n.2, p.297-314, maio/ago.1987.
- LACERDA, Antonio H. D. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em Expansão* (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88). São Paulo: FAPEB/Annablume, 2006.
- MURARI et alli. *História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Nova Venécia*. Prefeitura Municipal de Nova Venécia. Administração 1989-1992.
- NARDOTO, Eliezer. *São Mateus: História, Turismo e Cultura*. São Mateus, EDAL, 2005.
- _____. & LIMA, Herinéia. *História de São Mateus*. São Mateus: EDAL, 1999.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- PIRES, J. M. & COSTA, I. del Nero da. Considerações sobre o capital escravista-mercantil. *Estudos Econômicos*, v.24, n.1, 1994.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16ª. ed., S.P. Brasiliense, 1979.

- REVISTA HISTÓRICA. *São Mateus - Espírito Santo: 450 anos*. São Mateus: EDAL, 1994.
- REVISTA PALMARES. *Quilombos no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC, 2000, vol. 5.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- _____. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROSA, Lea B. de Alvarenga. *Condições da Província do Espírito Santo: Primeiros Caminhos de Minas Gerais*. Vitória: Ed. Instituto Histórico, 1999.
- SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória, EDUFES, 1996.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SILVA, E. & REIS J.J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Coleção História do Brasil), 1999.
- VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memoria Statistica da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Col. 'Mário Aristides Freire', v.1. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1978.